

## REDE ESTADUAL DE ENSINO PROMOVE ATOS NOS DIAS 2 E 3 DE OUTUBRO

**PROGRAMAÇÃO**

**Dia 02/10**  
**Manhã – 8h às 10h30 – concentração nas escolas:**  
**EE Waldemir Barros da Silva** - Rua Palmacia, s/n - Moreninha I  
Diretores responsáveis: Lilian e Gilvano;  
**EE Aracy Eudociak** - R. Maracatins, 696 - Jardim Tijuca  
Diretores responsáveis: Zélia, Weld e Deco;  
**EE Lino Villacha** - R. Haroldo Pereira, 887 - Nova Lima  
Diretores responsáveis: Lucílio, Deroci e Natividade.

**Tarde – 17h às 18h30 – concentração nas saídas da cidade:**  
**Saída de São Paulo** – rotatória da Coca-Cola  
Diretores responsáveis: Lucílio e Regerson;  
**Saída Sidrolândia** – trevo Imbirussú  
Diretores responsáveis: Zélia e Weld;  
**Saída Cuiabá** – frente ao mercado Smaniotto  
Diretores responsáveis: Gilvano e Waldemar;  
**Centro** – Praça Ari Coelho  
Diretoras responsáveis: Cida e Natividade.

**Dia 03/10**  
**9h – concentração na Praça do Rádio Clube**

**ACP** ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL  
DESEDE 1982

**FETEMS** FEDERAÇÃO ESTADUAL DE TRABALHADORES DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL

**CNE** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
www.cne.org.br

Nossa Luta Não Para!

**SEM AULAS:** Azambuja não cumpre acordo e milhares de alunos ficam sem aulas. **Páginas 4 e 5**

### QUALIDADE DOS PLANOS

Casems conquista o melhor desempenho de sua história em índice apontado pela ANS

PÁGINA 3

### AME-MS

Policiais Militares pedem na Justiça o fim das escoltas em hospitais

PÁGINA 6

### DECISÃO DO STF

Revisão anual de vencimentos não é obrigatória, mas Executivo deve justificar

PÁGINA 2

### GOVERNO SEM DIÁLOGO

Denunciado por corrupção, Reinaldo Azambuja se isola da população

PÁGINA 6

### SINPOL-MS

Cobrapol defende modernização da Polícia Civil em reunião com Maia

PÁGINA 7

### ENTREVISTA AO SBT

Presidente do SINDIJUS fala sobre a falta de transparência do TJMS

PÁGINA 8



# STF decide que revisão anual de vencimentos não é obrigatória, mas Executivo deve justificar

|| Por maioria de votos (6 a 4), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, na sessão extraordinária da manhã de quarta-feira (25), que o Executivo não é obrigado a conceder revisões gerais anuais no vencimento de servidores públicos. No entanto, o chefe do Executivo deve apresentar, nesse caso, uma justificativa ao Legislativo. A decisão foi tomada na análise do Recurso Extraordinário (RE) 565089, com repercussão geral reconhecida, ao qual foi negado provimento.

## Da Redação

[www.servidorpublicoms.com.br](http://www.servidorpublicoms.com.br)

O processo discutia o direito de servidores públicos do Estado de São Paulo a indenização por não terem sido beneficiados por revisões gerais anuais em seus vencimentos, medida prevista no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.



Supremo decidiu que o Executivo não é obrigado a conceder revisões gerais anuais no vencimento de servidores públicos

O julgamento foi retomado com o voto-vista do presidente do STF, ministro Dias Toffoli, que acompanhou a divergência, negando provimento ao RE. A seu ver, o Judiciário deve respeitar a competência do chefe do Executivo de cada Unidade Federativa, em conjunto com o respectivo Legislativo, para tomada de decisão mais adequada na questão da revisão anual.

O presidente do Supremo apontou que o chefe

do Executivo deve levar em conta outros fatores, como a responsabilidade fiscal, que prevê limites prudenciais de gastos com pessoal. Ele lembrou que a proposta orçamentária do Judiciário de 2020, enviada pelo STF ao Congresso Nacional neste ano, não prevê a revisão de recomposição de perdas inflacionárias. “As questões fiscais e orçamentárias nos impõem certos limites”, afirmou.

Por isso, para o ministro Toffoli, o direito à revisão

geral está condicionado pelas circunstâncias concretas de cada período, exigindo um debate democrático, com participação dos servidores públicos, da sociedade e dos poderes políticos. Ele lembrou que a decisão tomada pelo Supremo terá repercussão para a União e todos municípios e estados. Citou ainda a Súmula Vinculante 37, que veda ao Judiciário aumentar vencimentos sob o fundamento de isonomia.

Na sessão desta quarta-feira, seguiu esse entendimento o ministro Edson Fachin, formando assim a maioria, com os votos anteriormente proferidos nesse sentido pelos ministros Luís Roberto Barroso, Teori Zavascki (falecido), Rosa Weber e Gilmar Mendes. Em seu voto, Fachin afirmou que a revisão prevista na Constituição Federal pode significar reajuste, recomposição ou, precisamente, a prestação de contas no sentido da impossibili-

dade de adotar a medida.

Ficaram vencidos os ministros Marco Aurélio (relator), Cármen Lúcia, Luiz Fux, que já haviam votado pelo provimento do RE, e Ricardo Lewandowski, que na sessão do dia acompanhou essa corrente. Em seu voto, o ministro Lewandowski afirmou que é preciso haver mecanismos para que uma ordem constitucional clara tenha efetividade.

Tese - Após o julgamento, foi fixada a seguinte tese de repercussão geral: “O não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, previsto no inciso 10 do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, não gera direito subjetivo a indenização. Deve o Poder Executivo, no entanto, se pronunciar, de forma fundamentada, acerca das razões pelas quais não propôs a revisão”.



# SINTSS MS

FUNDADO EM 20/10/1989

CUT BRASIL

DI-ESE

CATSO

Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social no MS

**GUAICURUS**  
GRÁFICA RÁPIDA  
3387-9448 - 991042489 - 99344-1179

CARIMBO  
AUTOMÁTICO



R\$ 30,00

Carimbo automático  
Nykon 301 / 302



# Cassem's conquista melhor desempenho de sua história na ANS

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão que regula os planos privados de saúde, disponibilizou, na última semana, o Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS) de 2018. Na tabela, a média geral dos planos de autogestão no País foi de 0,6009, enquanto a Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Cassem's), alcançou a pontuação histórica de 0,7847, superando outros 121 planos do mesmo segmento. A máxima que pode ser atingida nesta relação é de 1,0.

## Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Os quesitos analisados pela ANS, nos quais a Cassem's se destacou, foram a qualidade em atenção à saúde, com uma avaliação do conjunto de ações em saúde para o aten-

dimento das necessidades dos beneficiários. A Caixa dos Servidores se evidencia nesse ponto pela efetividade na taxa de consultas de pré-natal, cuidado integral com o idoso, cuidado com o diabético e programas de prevenção.

A garantia de acesso dos beneficiários também foi um critério, com condições relacionadas à qualidade da rede própria e credenciada. A evidência da Cassem's se deu pela taxa de atendimento aos pacientes renais crônicos, acesso à urgência e emergência, além da qualidade dos hospitais, laboratórios e profissionais de saúde.

A sustentabilidade do mercado foi avaliada em um monitoramento do equilíbrio econômico-financeiro, passando pela satisfação do beneficiário e compromissos com

prestadores. Neste dado, a Cassem's se destacou pela solidez do plano de saúde, a atenção para as demandas dos beneficiários e os preços justos.

Ainda foi considerada a dimensão de gestão de processos e regulação, que aferiu o cumprimento das obrigações técnicas e cadastrais das operadoras junto à ANS. Para esta classificação, o plano de saúde foi visto positivamente pela qualidade dos dados de cadastro do cliente, baixa utilização do Sistema Único de Saúde (SUS) pelos beneficiários e qualidade dos dados de diagnóstico.

Dentre os benefícios do destaque no programa IDSS, está o maior poder de comparação em desempenho das operadoras, o foco em indicadores que avaliam qualidade, a pesquisa de satisfação dos bene-



O IDSS é um índice composto por um conjunto de indicadores para avaliar a qualidade dos planos

ficiários, a ampliação dos subsídios às políticas obrigatórias e aproximação com os clientes dos planos avaliados.

## ADMINISTRAÇÃO

O presidente da Cassem's, Ricardo Ayache, acredita que o bom resultado conquistado pela

Caixa dos Servidores é fruto da boa administração de toda diretoria e de seus colaboradores. "A gestão da Cassem's, por intermédio dos seus diretores, conselheiros e colaboradores, está sempre atenta a novos investimentos e tecnologias para manter a estru-

tura do plano de saúde cada vez mais inovadora. Uma gestão compartilhada, coletiva, como a nossa, faz a Cassem's ser referência e, agora, liderando em todo o cenário nacional conforme avaliação da própria agência reguladora dos planos de saúde".

# SICOOB IPÊ EM AÇÃO NO DIA MUNDIAL DA LIMPEZA

Marcelo Victor

O Sicoob Ipê participou da ação do Dia Mundial da Limpeza em Campo Grande, no último dia 21, Dia da Árvore. Crianças e adolescentes do projeto Capoeira Sim, Violência Não, apoiado pelo Sicoob Ipê em parceria com o Grupo de Capoeira Raízes da África, plantaram árvores e coletaram o lixo espalhado no interior do Centro de Educação Ambiental Anhanduí. Eles se uniram aos cerca de 600 voluntários que estiveram no local para a limpeza das margens do córrego Anhanduí e para conscientizar as pessoas no sentido de manter a cidade limpa.

O Sicoob Ipê também ofereceu 300 bonês para os participantes. Cinco crianças

do projeto da Capoeira foram escolhidas para o plantio das primeiras cinco mudas de Ingá, Aroeira e Angico. Momento que fez brilhar os olhos da garotada. "O Sicoob quer um mundo melhor, a cidade mais limpa e a comunidade consciente do envolvimento neste processo. É o nosso compromisso enquanto cooperativa", observou a presidente do Sicoob Ipê, Elza Jorge.

O ato simbólico para chamar a atenção da sociedade para o descarte correto do lixo foi organizado pelo Instituto Limpa Brasil e à ONG Teoria Verde e diversos parceiros comprometidos com um futuro melhor para as novas gerações.





# ACP participa do 27º Congresso Estadual da Fetems

|| Mais de 1.200 profissionais da educação se reuniram em Bonito-MS, entre os dias 19 e 21 de setembro, durante o 27º Congresso Estadual da Fetems “Profª Maria Ildonei de Lima Pedra”. A delegação da ACP foi a maior do congresso e participou ativamente dos três dias de discussões sobre as lutas e a educação pública, promovidos pela Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul - FETEMS.

## Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Foram quatro painéis de debate; seis apresentações culturais; votações do texto base, de moções, de paralisações, e

a plenária final. Três dias intensos, nos quais efervesceram as angústias, as lutas, os saberes e a força da educação pública de MS. Tudo isso, seguindo os ensinamentos de Paulo Freire, rumo ao seu centenário.

A abertura aconteceu na noite de quinta-feira (19), com a presença de lideranças da educação, do movimento sindical estadual e nacional, autoridades municipais de Bonito e parlamentares estaduais. O início do Congresso também foi marcado pela homenagem à professora Maria Ildonei de Lima Pedra, sindicalista que por muitos anos esteve à frente de batalhas das ações da Fetems, integrando sindi-



Professor Lucílio Nobre, presidente da ACP, destacou a essência do movimento sindical da educação

catos de base e a direção da Federação.

Em seus discursos de abertura, as lideranças foram enfáticas na defesa da organização da luta e resistência contra a onda obscurantista que

assola o País, e ataca a dignidade humana, os direitos dos trabalhadores e a educação pública.

O presidente da Fetems, professor Jaime Teixeira, ressaltou o grande desafio para o movimento sindical da educação na atual conjuntura. “Desde os anos de 1980, nós nunca tínhamos sido sindicalistas tendo um governo de extrema-direita no poder. Ao longo dos 40 anos de existência da Fetems, esse é o primeiro momento que não é só difícil; é essen-

cialmente diferente. Porque temos um alinhamento do mal, em todas as esferas: nacional, estadual e municipais. Até pouco tempo atrás, nós fizemos grandes lutas e tivemos muitas conquistas, porque sabíamos que enquanto fazíamos o enfrentamento aqui, tínhamos respaldo de um governo popular, que dialogava e atendia a classe trabalhadora em nível federal. O desmonte da nossa democracia nos trouxe para esse momento de exceção e extrema dificuldade. É por

isso que esse Congresso é fundamental. São três dias de importantes debates e construção de uma agenda concisa e forte para a luta”, apontou Jaime.

Liderando a delegação da ACP, o professor Lucílio Nobre destacou a essência do movimento sindical da educação somada à construção coletiva de conhecimento, como forma de resistir e seguir a luta. “Nós conhecemos nossa história de lutas, sabemos o caminho trilhado e isso nos fortalece para construir os próximos passos. O congresso da Fetems e os debates realizados, com temas muito bem articulados, nos permitiram ter mais segurança, conhecimento para melhorar nossa capacidade de diálogo e sustentação dos argumentos, na defesa da educação e dos direitos. União e conhecimento nos energizam e ampliam nossa capacidade de atuação”, avalia Nobre.



Professor Jaime Teixeira, presidente da Fetems



Educadores de MS promovem três dias de debates e construção de uma agenda de luta, para resistir ao desmonte da educação e a retirada de direitos da classe trabalhadora

## servidorpúblico.MS

Jornalista Responsável:  
Cláudio Souza – DRT 411-MS

Contato:  
(67) 99925-79847

E-mail: servidorpublico.ms@gmail.com

Avenida Guaicurus, 4147 – Jardim Campo Alto  
Campo Grande (MS) – 79062-310



# ACP mobiliza categoria para protestos contra o governo do Estado nos dias 2 e 3 de outubro

Os trabalhadores da educação pública estadual aprovaram, por unanimidade, durante a plenária final do 27º Congresso Estadual da Fetems, a paralisação das escolas da REE (Rede Estadual de Ensino), nos dias 2 e 3 de outubro.

## Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Após a paralisação aprovada no 27º Congresso da Fetems, os profissionais da educação de Campo Grande acataram a deliberação, em Assembleia Geral Extraordinária na ACP, no dia 24/09, e a categoria se mobiliza para atos ao longo do mês de outubro – mês do professor, comemorado no dia 15.

“Os trabalhadores da educação pública de MS não vão se resignar. Estamos em luta, mobilizados tanto para a paralisação dos dias 2 e 3, como

seguiremos o mês de outubro, o mês do professor, defendendo a valorização dos profissionais e o investimento em educação pública de qualidade. Não se faz justiça social destruindo a educação. Basta de desmonte! Respeitem a educação pública!”, afirma o secretário de formação sindical da ACP, professor Gilvano Bronzoni.

## PROGRAMAÇÃO

Em Campo Grande, as ações do dia 2 serão voltadas para o diálogo com a comunidade, o comércio e trabalhadores em geral, por meio de abordagens, panfletagens e conversas. Os(as) professores(as) e demais trabalhadores(as) deverão se concentrar nos pontos especificados. Confira a programação (*capa*) e participe nos locais de melhor acesso para você!

Os(as) educadores(as) de MS decidiram parar como forma



Paralisação da rede de ensino foi aprovada durante plenária no 27º Congresso Estadual da Fetems

de protesto e resistência contra os ataques diretos do governo Azambuja aos trabalhadores e à qualidade da educação pública. Desde o começo do ano, o governo do Estado já retirou os Professores Gerenciadores de Tecnologias Educacionais das Salas de Tecnologias Educacionais e Recursos Midiáticos da REE; reduziu em 32,5% o salário dos professores convoca-

dos; não cumpre o compromisso em chamar os professores aprovados em concurso e agora tenta acabar com a eleição direta para diretores(as) das escolas estaduais, destruindo a gestão democrática conquistada pelos educadores há quase 30 anos.

“Para que as atividades tenham sucesso, é fundamental a par-

ticipação de todos(as) os(as) trabalhadores(as) em educação, inclusive da REME (Rede Municipal de Ensino), que não estiverem em sala de aula. A mobilização também envolverá servidores públicos de outros segmentos como saúde, assistencial social e segurança, que poderão se juntar a nossa luta”, orienta o presidente da ACP, professor Lucílio Nobre.



**PARALISAÇÃO  
GERAL REE  
DIAS 2 E 3  
OUTUBRO**



# PMs pedem na Justiça o fim das escoltas em hospitais

|| A Associação dos Militares Estaduais de Mato Grosso do Sul (AME-MS), protocolou no Tribunal de Justiça uma ação solicitando que os policiais militares não escoltem mais presos do sistema prisional, alegando que esta atribuição seria de responsabilidade da AGEPEN.

Segundo os diretores da entidade, foi enviado um ofício ao governo pedindo o cumprimento da lei, mas a reivindicação da classe não foi atendida. Diante da falta de solução para o problema a associação recorreu à Justiça, mostrando que os PMs estão sendo desviados de suas funções

para escoltar presos em hospitais.

Ainda de acordo com a entidade, a escala de custódia de presos em hospitais prejudica o policiamento ostensivo nas ruas das cidades de MS, devido à falta de efetivo, já que a PM conta com apenas 4.500 militares.



Desvio de função: Falta de efetivo na PM compromete policiamento ostensivo nas ruas

# Denunciado por corrupção, Reinaldo Azambuja se isola da população

|| Denúncias, provas para tornar o filho réu por roubo majorado, projetos contra a população e falta de diálogo com os servidores públicos, que todos os dias garantem o funcionamento da máquina pública. Encurralado, o governo de Reinaldo Azambuja (PSDB) se isola cada dia mais e mostra pouco traquejo para propor políticas públicas capazes de mudar a vida dos sul-mato-grossenses.

## Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Em agosto de 2018, o governador foi denunciado pelos donos do JBS, irmãos Batista, de cobrar propina da empresa. Em dois anos, a empresa teria repassado R\$ 70 milhões a Azambuja. Os repasses escusos teriam ocorrido entre o começo de 2015 e o fim de 2016. As tratativas, segundo o delator e dono da empresa, Wesley Batista, ocorriam sempre pessoalmente com o governador.

Enquanto recebia dinheiro dos irmãos Batista, o tucano garantia a continuidade dos créditos fiscais concedidos ao grupo. Os benefícios giravam em torno de R\$ 10 milhões por mês, sendo que, destes, cerca de R\$ 3 milhões eram repassados ao governador.

A relação promíscua entre Azambuja e o recebimento de propinas ganhou novos capítulos nos últimos dias. Após a denúncia da JBS, também veio à tona que José Ricardo Guitti, mais conhecido como Polaco, recebia dinheiro de propina para o governador e sua equipe.

Como sabia demais, Polaco se tornou alvo do grupo e, nos últimos dias, a Justiça estadual aceitou o recurso do Ministério Público Estadual (MPE) contra a decisão da juíza May Melke Amaral, da 4ª Vara Criminal, que rejeitou a denúncia contra o filho de Azambuja, Rodrigo Souza e Silva, por roubo majorado no suposto envolvimento



Presidente da Associação dos Militares Estaduais de Mato Grosso do Sul, Thiago Mônaco



Azambuja não busca diálogo com os servidores públicos

dele no roubo de veículo na BR-262. Agora, na semana passada, o acórdão da decisão da 2ª Câmara Criminal do TJMS aponta que, na avaliação dos desembargadores, há provas suficientes para tornar o filho de Azambuja réu por roubo majorado.

Apesar de ver sua reputação desmoronando

com tantas denúncias, Azambuja não busca diálogo com os servidores. O Fórum dos Servidores, que reúne várias entidades do Estado, só foi recebido uma vez pelo governador. Para o presidente da Associação dos Militares Estaduais de Mato Grosso do Sul, Mônaco, a situação demonstra o descaso do governo

com o funcionalismo. “O Estado, como um todo, depende muito do servidor público. A economia gira muito em torno dos salários dos servidores. E temos buscado respostas, diálogo com o governo do Estado, mas o governador não abre esse canal”, afirma.

Mônaco afirma, ainda, que quando o governador recebeu o Fórum não foi para estabelecer um diálogo, mas para abrir um canal unilateral. “Não existe, de fato, um diálogo, mas, sim, decisões unilaterais. O governo ainda não demonstrou a que veio, não conseguiu implementar políticas públicas que tragam desen-

volvimento para o Estado. E, além disso, tem gastos exorbitantes, como ocorre com a contratação desenfreada de comissionados”, relembra.

Além das ofensivas contra o funcionalismo, Azambuja também tem precarizado o serviço público, afetando a sociedade com projetos que acabam prejudicando a população. Um deles é a falta de concursos para a segurança pública. O concurso para o Corpo de Bombeiros e Polícia Militar se arrasta há mais de um ano. Em dezembro do ano passado, os concursos chegaram a ser suspensos pelo próprio governo. Sem concursos e com policiais e bombeiros indo para a reserva, a população sofre com a redução do efetivo nas ruas.

Em julho, entrou em vigor a lei que alterou o Estatuto dos Profissionais da Educação Básica e reduziu em 30% o salário dos professores convocados da rede estadual de Ensino.



# Cobrapol defende modernização da Polícia Civil em reunião com Maia e em comissão da Câmara

|| A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado promoveu na terça-feira (24), uma audiência pública para discutir o tema “O modelo de política no Brasil”, com a participação de representantes de instituições e representações da segurança pública.

## Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

O presidente da Feipol-Norte, Itamir Lima, representou a Cobrapol na mesa dos trabalhos quando fez uma explanação do projeto da entidade para uma nova Lei Orgânica Nacional, para a modernização da Polícia Civil.

O dirigente apresentou dados sobre o atual contexto da segurança pública no Brasil; abordou o atual modelo que está implantado no País e seus problemas; explanou sobre os principais aspectos da proposta defendida pela Cobrapol, com destaque para o ciclo completo e a carreira única; e falou das consequências da implantação desse modelo para tornar a instituição mais eficiente no desempenho de sua missão de defender o cidadão e a sociedade.

O presidente da confederação, André Luiz Gutierrez, apontou os principais aspectos da proposta de Lei Orgânica que já foi



Giancarlo Miranda (esquerda), presidente do Sinpol-MS, e o vice-presidente da Cobrapol, durante audiência pública

encaminhada ao governo, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e às lideranças do Congresso Nacional.

Gutierrez negou que o projeto da Cobrapol seja classista. “A proposta mantém o bacharelado em direito e a figura do delegado de polícia. Não é qualquer um que vai se tornar delegado de polícia, pois terá que passar por avaliações ao longo de um período”, afirmou.

O presidente argumentou que com a proposta “nós vamos legalizar o que já é feito, pois nós sabemos que não existem delegados em todas as cidades e delegacias do Brasil, quiçá para fazer uma escala de 24 por 72 horas, pois teríamos que ter quatro delegados por

delegacia, de modo que quando chegasse uma viatura da PM ou da PRF, tivesse um pronto atendimento, mas sabemos que essa não é a realidade”.

Dirigindo-se aos representantes dos delegados de polícia, Gutierrez afirmou: “eu entendo a defesa classista e de seu cargo e estou buscando o diálogo, mas nós temos que pensar é no cidadão brasileiro, não temos que pensar no policial ou no cargo. A nossa Polícia Civil está da maneira como está, com falta de efetivo, por causa de uma luta de classe em busca de uma carreira jurídica que esqueceu da instituição como gestores. Infelizmente, não estou falando para ofender ninguém, mas é uma realidade. Não houve luta por concurso, não houve luta por efetivo, por recicla-

gem, por atualização do profissional policial civil”, sustentou.

## PROJETO

E acrescentou: “nosso projeto, além de preser-

var o delegado de polícia e o bacharelado, não prejudica em nada os atuais delegados de polícia. Mas podem ter certeza que a evolução que esse projeto vai trazer e a expertise que vai trazer para a função de delegado de polícia, vai gerar um grande estímulo em ser policial vocacionado, eliminando os concursados, pois como todos sabem, muitos fazem concurso para delegado de polícia, deixam o escrivão e o agente fazendo as atribuições do delegado, e ficam se preparando para a magistratura, para o Ministério Público ou a Defensoria Pública”, explicou.

## Audiência com Rodrigo Maia



O presidente da Cobrapol, acompanhado do deputado Léo Moraes, foi recebido na terça-feira (24), pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, ocasião em que o dirigente teve a oportunidade de defender o projeto da Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil e apresentar as linhas gerais da proposta (Ciclo Completo e Carreira Única), que busca modernizar a instituição e torná-la mais eficiente na segurança pública nacional.



## Presidente do SINDIJUS fala sobre a falta de transparência do TJMS

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (SINDIJUS-MS), Leonardo Lacerda, concedeu entrevista para o jornal do SBT-MS, na edição do dia 24 de setembro, sobre Ranking Transparência do Poder Judiciário 2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no qual o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) aparece como o terceiro pior do País. A entrevista foi feita pela repórter Cristiany Pa-zeto.

### Da Redação

[www.servidorpublicoms.com.br](http://www.servidorpublicoms.com.br)

Conforme o SINDIJUS-MS divulgou anteriormente, o Conselho Nacional de Justiça publicou neste mês o Ranking no qual o TJMS aparece na posi-

ção de 91º lugar no total de 93 tribunais e conselhos do Poder Judiciário do País, configurando o 3º pior colocado, com apenas 52,94% de cumprimento dos itens. No ano passado, o TJMS ocupou a colocação de 77º.

Em contrapartida, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS) ocupou a posição de 3º lugar na posição do ranking, com 93,44% de atendimento aos itens auferidos, empatado com Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM) e Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS).

Na reportagem, salienta que a maioria dos dados divulgados pelo TJMS não permite a extração de relatórios de plani-



Presidente do SINDIJUS-MS, Leonardo Lacerda, durante entrevista para o jornal do SBT-MS

lhas para facilitar a análise das informações. Inclusive, no mês de agosto o SINDIJUS-MS protocolou ofício ao TJMS pedindo mais informações sobre a

licença-prêmio retroativas pagas para os magistrados. Sem resposta, o SINDIJUS-MS protocolou Pedido de Providência junto ao CNJ.

Outra comparação feita pela reportagem é que apesar de estar entre os piores no Ranking Transparência, no ranking dos maiores gastos com juizes, o TJMS aparece em primeiro lugar. Conforme dados divulgados no Justiça em Números 2019, a remuneração e benefícios dos 210 juizes e desembargadores do TJMS continua sendo o mais alto do País. O valor médio de R\$ 85.745 é 76,6% maior que o pago aos ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Mesmo beneficiando os magistrados, a Administração do TJMS alega inviabilidade financeira para outras demandas importantes. “Não está tendo nomeação de novos servidores, Fóruns no interior e na capital abarrotados de serviço, a Justiça vai ficando lenta, os servidores vão adoecendo pelo excesso de serviço”, ressaltou Leonardo Lacerda.

Por fim, o presidente do SINDIJUS-MS ressaltou o sentimento da maior parte dos servidores. “É injustiça, a gente trabalha no Tribunal de Justiça e sentimos injustiçados”, pontuou.

**LANÇAMENTO**

**Dorada Pampeana**  
PALE AMERICAN BEER

**argentina**

**Toça da Cerva**  
BEER HOUSE

**04 OUT**

**RENATO RICK MENDES BERGAMO**

**Fran Fran**

**BRAVO**

Rua Padre João Crippa, 996 - 19:00 horas